

**O MEIO AMBIENTE À LUZ DOS INTERESSES INTERNACIONAIS NO  
BRASIL PARTICULARMENTE NA AMAZÔNIA**  
THE ENVIRONMENT IN THE LIGHT OF INTERNATIONAL INTERESTS IN  
BRAZIL, PARTICULARLY IN THE AMAZON

Valdete Santos Medrado

**RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo fazer uma análise crítica sobre o tema proposto: demonstrar os interesses escusos de países de primeiro mundo, usando o “meio ambiente” como estratégia para impedir o desenvolvimento do Brasil, especialmente na Amazônia, agregando relato de autores e de outros trabalhos que embasaram as conclusões. A metodologia usada abrange a pesquisa básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica. Portanto, o estudo em apresentação neste artigo estrutura-se em questões críticas sobre a ingerência de Organismos internacionais no Brasil, particularmente na região Amazônica. O referencial teórico foi escolhido por conter informações críticas sobre o tema, apresentando dados que comprovam a intervenção internacional na Amazônia, por meio das ONGs e de pessoas influentes. Foi possível concluir que a solução para o problema (o que está por trás do interesse internacional no Brasil/ Amazônia?) será aumentar a densidade populacional da Amazônia, visando favorecer o desenvolvimento local, investindo em obras de infraestrutura como: estradas, rodovias, hidrovias, ferrovias e principalmente saneamento básico, a fim de que o aparato ambientalista internacional dos países desenvolvidos não encontrem um ambiente propício para as suas mazelas.

Palavras-chave: 1. Meio ambiente. 2. ONGs. 3. Estratégia. 4. Amazônia. 5. Brasil.

**ABSTRACT**

This article aims to make a critical analysis on the proposed topic: demonstrate the vested interests of first world countries, using the "environment" as a strategy to prevent the development of Brazil, especially in the Amazon, adding report authors and other studies that supported the conclusions. The methodology covers basic research, qualitative and explanatory literature. Therefore, the study presented in this paper is structured critical questions about the interference of international organizations in Brazil, particularly in the Amazon region. The theoretical framework was chosen because it contains critical information on the subject, presenting data that show the international intervention in the Amazon, through NGOs and influential people. It was concluded that the solution to the problem (which is behind the international interest in Brazil/Amazon?) will increase the population density of the Amazon in order to facilitate local development, investing in infrastructure such as roads, highways, waterways, especially railways and sanitation, so that the international environmental machine developed countries do not find a suitable environment for their ills.

Keywords: 1. Environment. 2. NGO. 3. Strategy. 4. Amazon. 5. Brazil.

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil desde a sua colonização tem sofrido ingerências internacionais. A partir da década de 80, a Amazônia sofreu a intervenção do ambientalismo internacional. Permitida pelos governos brasileiros, essa intervenção, além do desejo de controle político, reflete as dificuldades dos povos industrializados em abandonar os princípios e os interesses desenvolvimentistas antiecológicos em casa. Os princípios e projetos do ambientalismo internacional reafirmam a atribuição de status superior à ciência, legitimando o papel central de cientistas e tecnoburocratas nos processos decisórios e ignorando que a Amazônia é patrimônio histórico-cultural dos amazônidas, em particular daqueles que praticam o plantio-manejo ecológico de recursos naturais, os quais apenas marginalmente têm alguma influência nas decisões.

Segundo Carrasco (2005) o movimento ambientalista-indigenista internacional não é um fenômeno sociológico espontâneo, decorrente de uma conscientização sobre as necessidades reais de compatibilização das atividades humanas com certos requisitos de respeito ao meio ambiente no qual elas se inserem. Na verdade, trata-se de um engendro ideológico e político, planejado, criado e mantido por poderosos grupos hegemônicos internacionalistas, com o propósito de conter a expansão dos benefícios da sociedade industrial-tecnológica a todos os povos e países do planeta e manter o processo de desenvolvimento mundial sob o seu controle.

46  
Para instrumentalizar o movimento, os poderes oligárquicos, especialmente os anglo-americanos criaram e fomentaram uma plethora de ONGs transnacionais que atuam como um verdadeiro exército irregular de intervenção, configurando aquilo que especialistas têm chamado de “guerra de quarta geração”, na qual o Estado nacional sofre o fustigamento de agentes não estatais, que podem, ou não, estar a serviço de potências estrangeiras – caso de certas ONGs ambientalistas-indigenistas que atuam em países como o Brasil.

Para Bentes (2005), a Amazônia é a maior floresta preservada do planeta – com extensão de mais de cinco milhões de km<sup>2</sup>, onde vivem cerca de 25% das espécies animais e vegetais da terra. A autora desperta não apenas para os interesses econômicos dos países do G-7, mas também seu desejo de adquirir mais um privilégio: o controle político sobre o verde.

Nesses países, o verde tornou-se sinal de status social. Os ricos e as elites educadas moram próximos aos parques e jardins e em ruas arborizadas, enquanto os pobres habitam as áreas mais poluídas e sem verde. As elites européias e norte-americanas vêem a territorialidade da Amazônia como um privilégio, e o querem para si. Daí o desejo de estabelecer controle sobre a região, manifesto na conferência da ONU de 1972, expressa na idéia de soberania relativa do Brasil (BENTES, 2005, não paginado).

Esse desejo foi reavivado a partir do início dos anos de 1980, à medida que a campanha das grandes ONGs conservacionistas norte-americanas e européias contra os bancos multilaterais (em particular o Banco Mundial) transformava os problemas ambientais da Amazônia em um problema político internacional.

De forma sub-reptícia, organismos internacionais têm feito incisivas ingerências nas decisões de políticos brasileiros, usando subterfúgios jurídicos para engendram-se em nosso país. Parece que não saímos do Brasil - colônia, ou pelo menos, alguns países ainda pensam que não.

São inúmeras as ONGs e/ou outras instituições ditas “sem fins lucrativos”, as quais surgem rapidamente, com nomes siglas quase sempre em língua inglesa, se instalam principalmente na Amazônia legal. Com especial interesse nas riquezas da região e com intenção escusa em dificultar ou congelar o crescimento da região, considerando que a mesma é um pólo de desenvolvimento potencial capaz de desestruturar as bolsas internacionais. Em Roraima o solo é tão fértil que nem precisa de entressafra para plantação de arroz e soja.

O papel dessas ONGs e outras instituições ditas “sem fins lucrativos” (financiadas pela Grã-Bretanha, Estados Unidos, Holanda e outros, principalmente pela Rainha da Inglaterra) é de influenciar o poder público com o intuito de demarcar terras indígenas em região estratégica, como é o caso da reserva Raposa Serra do Sol localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana Francesa, criando uma interface com a comunidade indígena, a fim de forçar a decisão dos políticos, usando essa comunidade contra os moradores locais e o próprio governo brasileiro. Haja vista, diversos bloqueios de estradas e manifestações violentas dos índios contra fazendeiros a fim de dificultar a produção e venda de arroz e soja. Um verdadeiro drama cotidiano traduz em guerra a vida dos que vivem na Amazônia legal.

Assim sendo, esse artigo pretende provocar uma reflexão crítica sobre a ingerência de organismos internacionais, financiados por países de primeiro mundo, usando as causas ambientais como estratégia de influência, com o propósito de impedir o desenvolvimento do Brasil.

Estas evidências fomentaram o pressuposto de uma orquestração contínua veiculadas nos meios de comunicação, a fim de formar opinião pública e tornar como senso comum, introduzindo sentido à pesquisa. A abordagem do problema a ser solucionado (O que está por trás dos interesses internacionais em relação ao Brasil?) abrange questões relacionadas ao meio ambiente, à geopolítica, a estratégia, à forma como os Organismos internacionais, por meio das ONGs tentam impedir o desenvolvimento do Brasil, tomando como foco central neste artigo a Amazônia. Embora, a abordagem do tema seja recente, a sua essência se comunica com todas as áreas do saber. O “meio ambiente” ou ambiente como meio de vida envolve substancialmente o ser humano e suas dimensões: social, cultural, econômica, política etc.

O objetivo central do presente artigo é demonstrar os interesses escusos de países de primeiro mundo, usando “o meio ambiente” como estratégia para inviabilizar o desenvolvimento do Brasil.

A seguir, listam-se os objetivos intermediários desta pesquisa, sobre os quais repousam tanto a seleção do referencial teórico quanto a construção da análise final:

a) Identificar os organismos internacionais ligados a questão ambiental, com maior ingerência no Brasil;

- b) Analisar as principais estratégias utilizadas pelos organismos internacionais ligados à questão ambiental em relação ao Brasil;
- c) Caracterizar o acesso dos organismos internacionais relacionados ao meio ambiente, no Brasil e qual a forma utilizada pelos mesmos para conseguir esse acesso;
- d) Demonstrar o reflexo das ingerências de Organismos Internacionais no desenvolvimento do país;
- e) Confirmar os vínculos de Órgãos e Instituições brasileiras com os organismos internacionais ligados às causas ambientais e de que forma eles se configuram no âmbito social.

No entanto, este artigo não pretende provar o que está nele apresentado, mas instigar aos leitores para o conhecimento dos problemas em torno do tema central estudado e para a busca de outras vertentes sobre o assunto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O Estudo aborda um tema atual, polêmico e de essencial importância no que tange à soberania do Brasil, agregando diversas opiniões a fim de melhor esclarecer o objetivo proposto.

### **2.1 Definição de Meio Ambiente**

Santos (2007, p.354) define meio ambiente “como um conjunto de todas as condições físicas, químicas e biológicas que cerca e afeta a existência, o desenvolvimento e o bem-estar de um ser vivo ou de uma comunidade”.

O significado de “meio-ambiente” é importante na medida em que aparece neste estudo como a coluna vertebral da pesquisa. Pode-se considerar que a questão ambiental envolve várias vertentes e por isso mesmo ela é usada por interesses particulares como bandeira ideológica, conforme a situação e conveniência.

### **2.2 Roraima - Centro de Internacionalização da Amazônia**

Roraima é um Estado que se localiza num pólo dinâmico, no centro da Ilha da Guiana e a área da reserva indígena Raposa-Serra do Sol e fica localizada em uma área extremamente crítica: a fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, a qual aponta o caminho do desenvolvimento racional ao restante da Amazônia, cujo potencial preocupa o aparato ambiental a serviço do Establimento oligárquico interessado em manter a região como uma reserva de recursos naturais (agrícolas, minerais e vegetais) inaproveitados pelos brasileiros.

Roraima não existiria como Estado sem a transferência de centenas de milhões de reais do governo federal, pois não há atividade econômica que o sustente. É um Estado tamanho de São Paulo e com menos de 250 mil habitantes, mas que tem 8 (oito) deputados no Congresso Nacional que ficam instigando o Governo Federal solicitando a demarcação contínua de áreas indígenas e criando municípios, orçamentariamente inviáveis, cuja única base de sustentação econômica é o garimpo ilegal, a prostituição e o contrabando.

A Reserva Raposa Serra do Sol, fica no nordeste de Roraima e abrange uma área de 1.743.089 hectares, destinada aos grupos indígenas: macuxi, taurepang, wapixana e ingarikó, cerca de 14.000.

Em abril de 2005 o presidente Lula homologou a Portaria 534/2005, determinando a demarcação em área contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol. O decreto dentre outras coisas também determina a retirada dos não-índios (arrozeiros e agropecuaristas), cuja produção representa a mais importante atividade produtiva do Estado.

Nesse sentido,

Ao inviabilizar a continuação da produção de arroz irrigado (cuja produtividade é a mais alta do País), o decreto dificultará sobremaneira a sustentação econômica da própria população local, colocando em risco a própria viabilidade econômica do estado. Ademais, a indução de um despovoamento da região também compromete a própria capacidade de o País exercer plenamente o controle soberano de uma área estratégica, rica em recursos naturais e que já foi motivo de um litígio internacional em que o Brasil perdeu parte de seu território para a antiga Guiana Inglesa (CARRASCO, 2005, p. 89-90).

Para o autor os índios estão sendo usados e o grande fator de separação entre os próprios índios e entre os índios e os não-índios é a influência de missionários católicos e políticos incentivadores da expulsão dos brancos, causando grandes conflitos.

Os índios convivem já há anos com os não-índios e já estão integrados enquanto comunidade; os brancos são produtores de alimentos e promovem a inserção dos índios na educação, na vida social e política de forma pacífica e civilizada. Para Lino et. al (2005) os índios anseiam pelo progresso e reivindicam uma estrutura estatal que ofereça serviços básicos como saúde, saneamento básico e educação.

A demarcação, além das consequências que representa em relação à segurança nacional, reduz a menos de 10% as terras disponíveis à produção primária do Estado de Roraima. Se persistir esse tratamento que recebem do governo central, municípios como Pacaraima, Uiramutã e Normandia dificilmente sobreviverão, como também não sobreviverá o estado de Roraima (CARRASCO, 2005, p.93)

A Amazônia sendo um dos mais ricos patrimônios naturais do planeta tem valor incalculável e desempenha um papel essencial para o desenvolvimento econômico regional. Em nível global o mundo inteiro a deseja para si e orquestram políticas e encontros (Rio 92) para embalar a disfarçada ofensiva dos países que não tem esses recursos naturais como é o caso do Protocolo de Kyoto, que propõe o mercado de crédito de carbono (certificados emitidos para uma pessoa ou empresa que reduziu a sua emissão de gases do efeito estufa) para compensar os países (geralmente desenvolvidos) que não têm recursos naturais visando compensar a poluição à natureza. Ou seja, para poluir o país compra permissão. Pode-se inferir que a Ecologia virou lucro?

Nesse sentido, o texto abaixo demonstra como os organismos internacionais, através das ONGs atuam na Amazônia, utilizando o “meio ambiente”, ou seja, um meio de utilizar o ambiente para se infiltrarem no país:

Até agora, as opções mais aceitas para o seqüestro de carbono são os projetos de plantio de florestas, vários já instalados no Brasil. Estes são vinculados principalmente a interesses de grandes corporações petrolíferas, têm mediação do Banco Mundial (Bird) e do governo da França, e são implementados por ONGs nacionais e internacionais. São exemplos da implantação do “mercado de ar” na Amazônia: o replantio de florestas em 10.000 ha em Juína, no norte de Mato Grosso, conduzido pela empresa francesa Peugeot, em parceria com o Office National des Forets International e a ONG Pró-Natura; um projeto piloto para testes, na ilha do Bananal, em Tocantins, em área de 60.000 ha, da empresa de energia inglesa AES Barry, sediada em Barry no País de Gales, em associação com universidades brasileiras, estrangeiras e com a Secretaria do Meio Ambiente de Tocantins; e o financiamento, por parte do Prototype Carbon Found (PCF), de um projeto de biomassa para gerar energia à empresa Mil Madeireira, do Grupo Gethal, em Itacoatiara (BECKER, 2005, p. 204).

Tomando como base as análises e informações precedentes, não é difícil imaginar que na atual fase de desintegração do sistema financeiro mundial, a oligarquia anglo-americana buscará articular, urgentemente, novas estratégias e parcerias para manter a ordem mundial.

Neste contexto, os crescentes conflitos com diversos países, a ofensiva narcoterrorista, nos mostra que o Establishment anglo-americano, vem reativando cenários do velho grande jogo geopolítico britânico, com o intuito de induzir opiniões e formar multiplicadores de suas intenções. A política exterior britânica, nos últimos duzentos anos, tem trabalhado estrategicamente para a fragmentação de outros impérios.

As ações das ONGs ambientalistas-indigenistas devem ser analisadas à luz de um quadro estratégico mais amplo e subjetivo, que inclui não apenas questões desestabilizadoras, onde a oligarquia britânica e seus aliados estadunidenses, representados por ambientalistas fanáticos, por exemplo, Al Gore, o qual aspira instituir um “governo mundial” comandado pelo cérebro britânico e executado pelos músculos estadunidenses.

### 2.3 Segurança Ambiental

Um dos maiores obstáculos para estes desígnios geopolíticos do Establishment anglo-americano é a consecução da estratégia da “Nova Ordem Mundial” na Ibero - América.

Para neutralizá-los, os estrategistas da Nova Ordem Mundial acenaram com uma mudança do foco de sua missão, uma vez que o inimigo potencial visível, o comunismo soviético, deixou de existir. Além disso, elas necessitavam de uma estruturação, forçado pela difícil situação econômica dos países Ibero-americanos. Para isso, foi proposto o enfraquecimento das Forças Armadas, as quais deveriam ser transformadas em meras forças policiais, sem nenhuma capacidade de defesa

das soberanias nacionais. Teriam como missão combater o narcotráfico e dar conta da segurança ambiental.

A tentativa de ingerência externa, patente na mídia internacional, insiste em criar uma soberania compartilhada sobre a região Amazônica. São várias e incontáveis as pressões exercidas em convenções internacionais, através da cooperação dos parceiros externos, destacando-se o poder que os mesmos têm nas decisões internacionais.

Tem-se claramente que tais empreitadas necessitam de elas mesmas definir em um processo de retroalimentação positiva, uma nova configuração da ordem mundial, bastante diferente da presente ordem neocolonial, da qual o ambientalismo-indigenista representa um importante instrumento de definição. Portanto, para a emergência dessa nova ordem, mais condizente com a dignidade e os potenciais de toda a população do planeta, será fundamental que a ideologia ambientalista-indigenista seja retirada do seu presente pedestal de influência sociopolítica.

Dentre as propostas, para assuntos Globais dos EUA, tem-se a criação sistematizada em âmbito internacional de parques ambientais nas fronteiras de países ibero-americanos, principalmente na Amazônia, onde uma força supranacional estaria responsável pela preservação ambiental e pela integridade territorial dos países da América Central e do Sul.

Nas fronteiras políticas da Amazônia, o exercício da soberania tem restrições acentuadas, em decorrência não só do contrabando e do tráfico de drogas, presença militar dos EUA e da União Européia, como também de ordens administrativas justapostas como, por exemplo, faixa de fronteira, terras indígenas e unidades de conservação.

Os EUA afirmam que a proteção ambiental é “um assunto legitimamente Militar”. Intitulam-se protetores da Amazônia e divulgam abertamente que existem planos específicos para cada país, os quais serão apresentados brevemente a todos os governos. No caso do Brasil, sob o disfarce da boa vizinhança dizem que a proposta visa auxiliar na “preservação da Floresta Amazônica”, dando assistência direta às Forças Armadas e ao Ministério do Meio Ambiente.

Os assuntos de meio ambiente forma hoje parte da corrente principal da política exterior norte-americana, porque os problemas ambientais são freqüentemente o núcleo dos desafios políticos e econômicos que os países desenvolvidos enfrentarão.

Nesse sentido, as pressões internacionais são favorecidas na medida em que as condições de vida de grande parte da população são bastantes precárias, causando conflitos socioambientais, o que fragiliza o exercício da soberania brasileira sobre a região amazônica.

#### 2.4 Reserva Raposa Serra do Sol

Segundo o Movimento de Solidariedade Ibero-americana (1999), a primeira demarcação de terras indígenas foi a reserva ianomâmi, orquestrada pelo aparato ambientalista - indigenista. Esse movimento desencadeou uma série de operações realizadas em diversos lugares ao mesmo tempo, visando a criação e a demarcação

da reserva Raposa Serra do Sol, com o objetivo de estabelecer um território indígena e ao mesmo tempo, expulsar os produtores de arroz da região, eliminando na origem uma das pouquíssimas ações bem sucedidas de desenvolvimento econômico em Roraima.

Em 15 de abril de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou a portaria 534/05 do Ministério da Justiça, a qual determina a demarcação em território contínuo da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no nordeste de Roraima. A reserva abrange uma área de 1.743.089 hectares, destinada aos grupos indígenas ingarikó, macuxi, taurepang e wapixana, cuja população estimada é da ordem de 14.000 pessoas. O decreto presidencial exclui da reserva as instalações do 6º Pelotão Especial de Fronteira do Exército, o núcleo urbano do município de Uiramutã, com cerca de 4.700 habitantes (a grande maioria de indígenas), os leitos das rodovias e as linhas de transmissão de energia elétrica (CARRASCO, 2005, p. 89).

A criação de grandes reservas indígenas no Brasil sob as pressões do aparato indigenista, iniciada durante o governo Fernando Collor de Mello e incrementada ininterruptamente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, evidencia de forma incontestável a grande influência exercida por tais grupos transnacionais sobre as debilitadas instituições do Estado brasileiro.

Segundo Carrasco (2005), a decisão do governo favoreceu a ação das ONGs e da FUNAI. O acesso, trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não-índios dentro do perímetro da reserva é proibido, exceto, para as autoridades federais e particulares autorizados especialmente pela Fundação Nacional do Índio. Além disso, determina a retirada dos não-índios residentes na área no prazo máximo de um ano, aí incluídos os cerca de seiscentos habitantes dos vilarejos de Socó, Mutum e Surumu e os produtores agropecuários, que exploram cerca de 47 fazendas de criação de gado e 16 fazendas de produção de arroz irrigado, cuja produção representa a mais importante atividade autóctone do estado.

A infausta decisão política provocará impactos que superam por larga margem os seus supostos benefícios, vislumbrados apenas pelos ativistas e simpatizantes do aparato indigenista e por autoridades desprovidas de uma visão estratégica e humanista e excessivamente preocupada, em atender a demandas externas que, em sua miopia, prejudicam direitos, ferem a cidadania e fragilizam a soberania brasileira.

Outra importante citação, a qual caracteriza a forma como a ingerência internacional se cristaliza no Brasil, tentando inviabilizar o seu desenvolvimento, está expressa no livro *Máfia Verde 2*:

Ao inviabilizar a continuação da produção de arroz irrigado (cuja produtividade é a mais alta do País), o decreto dificultará so-bremaneira a sustentação econômica da própria população local, colocando em risco a própria viabilidade econômica do estado. Ademais, a indução de um despovoamento da região também compromete a própria capacidade de o País exercer plenamente o controle soberano de uma área estratégica, rica em recursos naturais e que já foi motivo de um litígio internacional em que o Brasil perdeu parte de seu território para a antiga Guiana Inglesa (...) a reserva é contígua a uma região da República da

Guiana, que ainda é objeto de litígio com a Venezuela, o que reforça ainda mais a sua relevância estratégica (CARRASCO, 2005, p. 89-90).

Um dos problemas da demarcação de terras indígenas é a exigência de expulsão dos não-índios, o que configura um autêntico caso de limpeza étnica, moralmente inaceitável para uma sociedade historicamente marcada por uma miscigenação ímpar e potencialmente essencial para a possibilidade de que o País possa apresentar ao mundo uma perspectiva de um desenvolvimento de base humanista. A própria história do Brasil estrutura-se na miscigenação.

Portanto, essa idéia separatista anglo-americana que toma para si os cuidados com os nossos índios, não lhes confere o direito de usá-los como bandeira de luta contra a soberania de países que são fartos em recursos naturais, especialmente o Brasil.

Por esses e outros motivos, a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em área contínua demonstra de forma incontestável o contraste entre os objetivos intervencionistas do aparato ambientalista-indigenista/internacional com a permissão e até subserviência da política do Governo brasileiro a ela e aos interesses relevantes do país.

A escolha do Escudo da Guiana para justificar o programa de demarcação contínua se deve à intenção dos planejadores ambientalistas de impor o seu conceito de que “o meio ambiente” não tem fronteiras, no caso, envolvendo uma grande área com características geológicas e biológicas similares e que, por estender-se por cinco países, se presta perfeitamente aos objetivos pretendidos.

O Coronel Fregapani, conhecedor profundo da Amazônia, ressalta a imprescindibilidade de ocupar, o quanto antes, as áreas amazônicas, para garantir sua posse, quando revela que a Amazônia será ocupada por nós ou por outros povos, e que apesar do Brasil ter legitimamente o direito de posse, está longe de garanti-la. (CARRASCO, 2005).

A grande preocupação das nações ricas é com a exploração das riquezas amazônicas pelo Brasil, pois isto quebraria poderosos cartéis internacionais. Isto se evidencia nas declarações do Coronel Gélío Fregapani, um dos mentores da Doutrina Brasileira de Guerra na Selva, adotada pelas Forças Armadas Brasileiras, o qual tem feito vários pronunciamentos sobre o assunto:

*[...] há três países especialmente interessados na Amazônia: os Estados Unidos, a Inglaterra e a Holanda. Eles teriam coadjuvantes: França, Alemanha e outros. [...] o interesse dos Estados Unidos é mais profundo. Se nós explorarmos o ouro abundante da Amazônia, vai cair o preço do ouro, e isso vai diminuir o valor das reservas dos Estados Unidos, onde está certamente a maior parte do ouro governamental do mundo [...] isso seria um baque para os Estados Unidos, talvez pior do que perderem o petróleo da Arábia Saudita. A grita ambientalista atende principalmente aos Estados Unidos, para cortar a exploração do ouro, e também para não atrapalhar seu mercado de soja [...] a Inglaterra, tem especial interesse pelo estanho, mercado que sempre dominou. Uma só jazida de estanho na Amazônia, do*

*Pitinga, quebrou o cartel do mineral, fazendo despencar o preço de US\$ 15 mil a tonelada para menos de US\$ 3 mil. Agora está em US\$ 7,5 mil, mas não voltou aos US\$ 15 mil por causa de uma única jazida (VERENA, 2005, não paginado – grifo nosso).*

Dentre os interesses dos países que compõem o movimento ambientalista na Amazônia, estão as serras que separam o Brasil da Venezuela e da Guiana porque lá se encontram as principais jazidas e minerais do mundo. É lá que eles orquestram a criação de nações indígenas para depois promover a separação dessas nações indígenas do Brasil.

No atual cenário geopolítico e político as redes de ONGs internacionais operam como importantes forças formadoras de opinião, precursoras de inteligência e propaganda. O “primeiro mundo” força a criação de nações indígenas para, depois, forçar a separação destas do Brasil. Segundo Carrasco (2005) a ABIN lista 115 ONGs atuantes na Amazônia Ocidental e aponta:

Muitas vezes, a serviço de outras nações, valorizam o mapeamento detalhado das riquezas minerais, o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade da região, sem o devido controle governamental. Tudo indica que os problemas ambientais e indigenistas são apenas pretextos (...) as principais ONGs são, na realidade, peças do grande jogo em que se empenham os países hegemônicos para manter e ampliar sua dominação. Certamente servem de cobertura para seus serviços secretos (CARRASCO, 2005, p. 110)

Desta forma, fica evidente a orquestração das ONGs e a maneira como atuam na Amazônia. Elas parcerizam financiamentos, investigam com maestria usando tecnologia de ponta, desrespeitam a soberania de países, investem e envolvem capital humano a fim de alcançar seus objetivos. Por que o governo não se posiciona? Não terá ele informações suficientes?

Segundo Carrasco (2005) o Governo tem conhecimento do que ocorre na Amazônia quando descreve que:

Na área militar, a preocupação com grandes reservas indígenas em áreas fronteiriças não é nova, tendo se acentuado após a homologação da reserva Yanomâmi, em 1991. Desde então, praticamente todos os comandantes militares da Amazônia têm reiterado essas e outras ameaças que pairam sobre a região. Entre eles, o general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, hoje na reserva e presidente do Clube Militar, tem percorrido todo o País para proferir palestras a respeito em diversos foros e entidades. Em um artigo publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, em 3 de maio de 2005, pouco depois da homologação da reserva Raposa/Serra do Sol, Lessa sentenciou que o Brasil se encontra sob uma intervenção branca promovida por ONGs a serviço de interesses internacionais (CARRASCO, 2005, p.109).

O autor confirma o conhecimento do governo sobre a situação da Amazônia, quando cita o relatório do Cel. Fregapani enviado a CPI das ONGs no Congresso Nacional. O relatório faz referência à falta de ação articulada entre os Órgãos públicos e questiona a atuação da FUNAI, que estaria agindo em parceria com as

ONGs internacionais, por sua vez patrocinadas por Bancos e outras instituições de países de primeiro mundo.

A confirmação da relação financeira dessas ONGs com o trabalho de demarcação de áreas indígenas contínuas no Brasil fica explícita no relatório. As ONGs estrangeiras e a FUNAI, outros Órgãos e instituições como a Igreja Católica, contribuem para um indesejável conflito em Roraima, tentando forçar a demarcação contínua ao arrepio da ética, mesmo contra a opinião da maioria dos próprios índios, que já perderam grande parte de sua identidade cultural.

Hoje, contudo, não basta proteger a floresta. A proteção apenas não gera trabalho e renda demandados pela população. O governo terá que se manifestar a fim de resolver os impasses na Amazônia se não quiser enfrentar problemas mais sérios.

Segundo Carrasco (2005) nos últimos anos, o Brasil tem sido alvo de uma crescente influência de organizações não governamentais (ONG), em setores que antes eram exercidos predominantemente por representantes do governo e para o agravo da situação, a maior participação tem sido na definição de políticas que deveriam ser elaboradas e implementadas pelo Estado Nacional.

Não se pode esquecer que a política externa do Brasil norteia-se pelos princípios da não intervenção, da autodeterminação dos povos, da cooperação internacional e pela tentativa de solução pacífica de conflitos, como determina o artigo 4º da Constituição de 1988 em seu primeiro capítulo: Dos princípios fundamentais. Trata-se, portanto, de enfrentar o desafio de conceber e implementar um novo padrão de desenvolvimento, o que apesar de complexo é urgente!

## 2.5 Ambientalismo, Um Novo Colonialismo

Foi num ambiente, artificialmente criado pelos "engenheiros sociais" do Establishment oligárquico, que emergiu o movimento ambientalista de massas, cujo propósito principal é impor a falaciosa idéia da impossibilidade física de que todos os países do mundo possam desfrutar de elevados níveis de desenvolvimento e justiça social (CARRASCO, 2005).

Como essa idéia não poderia ser imposta à força, era preciso que suas próprias vítimas a internalizassem sob uma forma disfarçada, sub-reptícia e mais tangível. Um novo tipo de colonialismo, mais eficiente que o modelo tradicional, capaz induzir os indivíduos subjugados a organizar-se contra os interesses da própria nação, bastando ao novo poder colonial difundir e canalizar os conceitos e crenças que alimentam a esperança de populações colonizadas, usando estratégias de comportamento, linguagem, linguística, logística, mídia etc., do próprio poder local para alcançar os seus objetivos.

Em seus estudos Carrasco relata o interesse de instituições internacionais no Brasil, utilizando-se de criações de temas emblemáticos como, por exemplo: O aquecimento global, efeito estufa, desmatamento etc., ao lembrar que

Em troca da busca da verdade científica, criou-se uma série de instituições como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC) e o Protocolo de Kyoto e conclui que o objetivo era conferir um simulacro de "consenso científico" a uma decisão já tomada por interesses políticos e

econômicos - inibir a expansão do consumo mundial de energia (o petróleo, gás natural e carvão respondem por três quartos do consumo mundial) e promover a grande negociata do mercado de "créditos de carbono", que oferece aos países subdesenvolvidos a oportunidade de faturar uma certa quantidade de dólares, em troca de evitar investimentos em geração de energia e desenvolvimento, ou seja, uma forma mais sofisticada de colonialismo ganhar "esmolos ambientais" para não se desenvolver. (CARRASCO, 2005, p. 15)

## 2.6 Uma Ideologia Anticivilizatória e Antinatural

Para Carrasco (2005) os ambientalistas se utilizam de discursos de fácil apelo popular, alegando a proteção da natureza em detrimento das atividades humanas, transformando esses discursos em um dos mais influentes fatores indutores da crise civilizatória em curso, ao lado da supremacia conferida ao mercado na determinação das políticas econômicas. Em sua essência, a ideologia ambientalista, baseada no conceito de que todas as espécies tem o mesmo valor, considera o ser humano como apenas mais uma entre as milhões na biosfera terrestre e o coloca abaixo do nível dos demais seres vivos, negando-lhe qualquer primazia de protagonista no presente estágio da evolução universal.

Em sentido oposto, Foster argumenta que

O apelo de considerar as questões ecológicas e sociais como requisitos para o crescimento econômico, que cercam os defensores das teses sustentabilistas, que se traduzem como questões humanitárias de respeito a vida natural, há muito vêm servindo para ancorar os argumentos de que é possível um desenvolvimento sustentável dentro dos marcos do capitalismo. Esse debate não é novo e remete ao materialismo de Marx, quando se tenta apresentar o autor alemão como um dos principais representantes do humanismo "espéciesista", ou seja, Marx como representante de um humanismo que dissocia radicalmente o homem dos outros animais, elegendo o antropocentrismo utilitário como seu principal ofício. (FOSTER, 2005, p.25 – grifo nosso).

Dessa forma, é possível identificar sobre essa questão, duas visões: uma que se baseia na ciência (incluindo mecânica, tecnologia, informação etc.) e outra ecocêntrica, que se baseia no respeito à natureza como se esta fosse uma entidade. Credita-se ao ecocentrismo/biocentrismo uma vitalidade idealista que deve resolver todos os problemas dos seres vivos do planeta (MAIA, 2009).

Percebe-se claramente que a tentativa dos organismos internacionais em induzir uma mudança de paradigma cultural, ética, moral e até mesmo existencial, contraria os valores inerentes ao próprio homem, os quais constituem o espaço sagrado de sua identidade (na dimensão física, psíquica mental e espiritual) o que faz do ambientalismo uma ideologia obscurantista, anticivilizatória e, ironicamente, antinatural.

A estratégia usada pelo aparato ambientalista utiliza o discurso da proteção ao meio ambiente, propondo uma igualdade entre todos os seres vivos, num descompasso total com a Teoria da evolução das Espécies de Darwin, como se isso fosse possível.

O homem é um ser social que comete erros e acertos, inerentes ao processo evolucionar. Ao que parece os ambientalistas querem socializar os animais e a natureza a ponto de personificá-los como entes independentes.

Essa questão configura-se em Rousseau quando ele afirma que a natureza é anterior à sociedade, logo, só há originariamente um homem, o homem natural, o qual pode degenerar para tornar-se o homem civil, sem deixar de ser homem (...) só há um homem e duas desigualdades: uma inerente ao gênero humano que Rousseau denomina de natural, e outra fruto da convenção social que Rousseau chama de desigualdade moral ou política (SILVA NETO, 2006).

Rousseau (1999) demonstra claramente que o homem se desvirtua quando torna-se um ser social e que o fruto da desigualdade é a propriedade. Num discurso sempre dialético e provocativo, instiga o leitor à reflexão:

*(...) a agricultura, a propriedade, a distribuição do trabalho criaram entre esses homens desiguais e opacos uns aos outros os vínculos de uma intolerável dependência mútua; a desigualdade multiplicada pela propriedade engendrou um estado de guerras contínuas, do qual só foi possível sair criando a sociedade civil, que degenerou em opressão legal. “O estado de rico e de pobre” tornou-se “o de poderoso e de fraco” e, enfim “o de senhor e de escravo, que é o derradeiro grau de desigualdade”. A degradação moral fomentou a degradação política; acompanha-a, alimenta-se dela; está hoje em seu auge: os ricos “deixariam de ser felizes, se o povo deixasse de ser miserável” (ROUSSEAU, 1999, p.25).*

57

A desigualdade revelada em Rousseau vincula o homem à propriedade e à vida social, o que neste estudo configura-se na ingerência internacional de países desenvolvidos, nos países em desenvolvimento, em busca de obter terras e riquezas nelas existentes, estrategicamente para garantir o futuro de seus países e, nos conflitos diários enfrentados pela população da Amazônia, induzida pelo aparato internacional, afrontando a liberdade dos índios e brancos e o mais importante princípio do ordenamento jurídico brasileiro: o Estado Democrático de Direito.

## 2.7 Mitos que alimentam o radicalismo “verde”

Num ambiente sócio cultural carente de formação e informação, cria-se um espaço aberto para ingerências onde a promessa tem mais sentido do que a ação; onde a palavra tem mais sentido do que o exemplo; onde a verdade contrasta-se com a mentira sem causar impactos. A sociedade perdeu a capacidade de indignar-se? Ou não está preparada para perceber os movimentos silenciosos do poder? Mito ou realidade?

Segundo o Movimento de Solidariedade Ibero-americana-MSIa (2006) o principal combustível do radicalismo ambientalista é a difusão de afirmações alarmistas que impactam sobremaneira as atividades humanas sobre o meio ambiente. A reprodução contínua de campanhas verdes, pela mídia globalizada e recebidas pela população geralmente de baixo nível cultural e científico, de forma

acrítica e sem questionamento, tendem a se estabelecer no senso comum como verdades sociais.

Essas afirmações tidas como verdadeiras, asseguram ao aparato ambientalista, tanto a simpatia popular quanto a adesão da maioria, sem a qual não poderia operar.

Nesse sentido, Carrasco (2005, p.28) argumenta que: “Como equilíbrio do princípio biocêntrico, o discurso ambientalista se sus-tenta em um equivocado conceito de ‘equilíbrio’ com a natureza, o qual não tem qualquer correspondência com o mundo real”.

Alguns dos ambientalistas mais radicais veem no culto a natureza uma religião universal, que transcende a todos os povos. Para os adeptos desse movimento, o ser humano deveria comportar-se como uma versão pós-moderna do bom selvagem. Essa expressão “bom selvagem” fundada por Rousseau em sua obra: Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens, na visão de Dent (1996) ocupa um lugar central em sua imaginação

*O bom selvagem é um ser pacífico, inocente e sereno [...] essa criatura não é inteiramente humana, uma vez que a gama total de suas potencialidades humanas não está desenvolvida. Embora eu queira formar o homem de natureza, o objetivo não é, apesar de tudo, fazer dele um selvagem e relegá-lo às profundezas das florestas [...]. O mesmo homem que deve permanecer estúpido nas florestas deve tornar-se razoável e judicioso nas cidades [...]. Há uma diferença entre o homem natural vivendo no estado de natureza e o homem vivendo no estado de sociedade. As necessidades mudam com a situação dos homens (DENT, 1996, p. 47).*

### 3. METODOLOGIA

A presente investigação organiza-se sob a forma de pesquisa: Básica - considerando que o tema é crítico e a partir de sua análise é possível gerar novos conhecimentos, envolvendo verdades e interesses universais, quando registra informações sobre o “meio-ambiente”, num contexto sociopolítico; Qualitativa - na medida em que interpreta os fenômenos, no caso em particular aqueles que tratam da soberania, etnia, das relações humanas, do espaço geográfico, do poder etc., e atribui ao processo e ao seu significado uma abordagem sincrônica ao mesmo tempo que instigadora; Explicativa - na medida em que identifica as causas determinantes que contribuem e explicam a ocorrência dos fenômenos, deixando claro o porquê da pesquisa; Bibliográfica - porque foi elaborada a partir de material publicado, constituída de livros, artigos e material disponibilizado na Internet.

Assim, pode-se inferir que do ponto de vista da sua natureza, forma de abordagem do problema (O que está por trás dos interesses internacionais na Amazônia?), alcance dos objetivos e de procedimentos técnicos, as informações trazidas e apresentadas aqui constituem parte relevante do trabalho.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos da pesquisa foram alcançados na medida em que demonstrou que Organismos internacionais, patrocinam instituições e pessoas no Brasil: ONGs, FUNAI, representantes de igrejas, movimentos dos “sem-terras”, políticos etc., utilizando-se de estratégias para impedir o desenvolvimento de países subdesenvolvido, com foco principal na demarcação contínua de terras indígenas, configurando explicitamente os interesses escusos dos países de primeiro mundo em manter sob controle o desenvolvimento do Brasil, considerando suas riquezas naturais e dimensão territorial, envolvendo o poder público brasileiro, que apesar, de discursos teóricos nada fazem de efetivo. Esse fenômeno configura-se no âmbito social, quando da demarcação contínua de terras indígenas e ainda nos conflitos causados pelo aparato indigenista que usam a causa indígena para interesses próprios.

O tema devido a sua relevância trouxe luz a respeito do interesse de Organismos Internacionais que usam boa parte das ONGs que atuam na Amazônia para barrar o desenvolvimento do Brasil. Essas Organizações Não-Governamentais (ONGs) apoiadas pelo movimento ambientalista-indigenista internacional promovem um verdadeiro obstáculo ao progresso da humanidade.

Nas últimas décadas, países de primeiro mundo, usaram a estratégia de desestabilizar os países em desenvolvimento na tentativa de bloquear a competição de seus produtos no mercado.

A melhor forma de ocupação da Amazônia é deixar prosseguir a fronteira agrícola. É visível o interesse dos povos desenvolvidos em tomarem conta das serras e terras que separam o Brasil da Venezuela e da Guiana, como a Reserva Raposa Serra do Sol, visando evitar que o Brasil entre na concorrência com seus mercados e reservando para o futuro matéria - prima que eles não têm ou que já são escassas em seus países.

Pode-se inferir que a solução para o problema será aumentar a densidade populacional da Amazônia, visando favorecer o desenvolvimento local. Se considerarmos a formação das cidades, todas sem exceção foram criadas tendo que usar recursos naturais. Como exemplo, podemos citar a Europa Tropical. É necessário, para isso usar a “razão criativa”, utilizando o que a natureza nos oferece, investindo em obras de infraestrutura como: estradas, rodovias, hidrovias, ferrovias e principalmente de saneamento básico.

Colocando em prática a razão criativa é possível transformar a realidade da Amazônia, pois o desenvolvimento de um lugar começa com a agricultura, depois com as indústrias; com as indústrias criam-se fábricas e com as fábricas criam-se empregos para a população, tanto local, quanto externamente, consolidando assim, um fluxo migratório de desenvolvimento, como se deu na marcha para o Oeste e na maioria dos processos de formação dos povos.

O que os ambientalistas, “braços” estratégicos de países de primeiro mundo querem é a rarefação populacional da Amazônia, fazendo apologia ao índio, à cultura primitiva do colonialismo, exatamente para congelar, impedir o

desenvolvimento de regiões onde os recursos naturais são fartos e que podem competir no mercado com os países dominantes do mesmo.

Nessa concepção, mais condizente com a natureza humana, empreendimentos, como projetos de infraestrutura, deveriam ser vistos como fontes de desenvolvimento e não como impacto ambiental. Considerando as exceções traduzidas no exagero do uso dos recursos naturais, investir em ciência, tecnologia e inovação é fator crucial para o equilíbrio da vida em níveis mais altos de organização e, conseqüentemente, de bem-estar e progresso para a sociedade.

No recôndito da floresta, é possível aproveitar a biodiversidade para os centros especializados de bioindústria e biotecnologia. A transferência de tecnologia é uma alternativa capaz de gerar riquezas, com inclusão social e conservação ambiental. No Brasil já foram realizadas inúmeras revoluções tecnológicas: exploração de petróleo em águas profundas e a transformação da cana-de-açúcar em combustível. A maioria de nossa matéria-prima oriunda da região amazônica vai para países desenvolvidos, lá são industrializados e vendidos de volta ao Brasil. Vendemos commodities e importamos tecnologia. O que o governo está esperando para investir em tecnologia? O déficit tecnológico do Brasil também é resultado de orquestrações do aparato internacional.

60

Talvez a resposta mais sensata a respeito da internacionalização da Amazônia tenha sido a de Cristovam Buarque ao ser indagado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia durante um debate nos Estados Unidos ao que respondeu: Querem internacionalizar a Amazônia como bem público mundial? Por que então, não internacionalizar as reservas de petróleo? O capital financeiro dos países ricos? Os grandes museus do mundo guardiões das mais belas peças produzidas pelo gênio humano? Os arsenais nucleares dos EUA, até porque eles demonstraram que já são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas brasileiras; internacionalizemos a educação, a saúde, as grades cidades como Paris, Londres, Nova Iorque, Veneza e os grandes Bancos.

A sustentabilidade é outra estratégia falaciosa dos organismos internacionais para promover a demarcação de áreas de conservação nos países subdesenvolvidos. Porém, a natureza é dinâmica: desde há quatro bilhões de anos nunca se provou qualquer condição que pudesse ser considerada como equilíbrio. Os seres vivos, todos sem exceção, passam por um processo de transformação contínuo e necessário para a evolução. Portanto, não há sustentabilidade, o que há é a necessidade de utilização dos recursos naturais e econômicos de forma equânime e justa.

Nesse contexto, o Capital (dinheiro) não foi capaz de suprir os problemas do homem. O Poder? Esse sim é o grande vilão da justiça social! Em vez de uma economia baseada só no Capital, porque não estabelecermos uma economia baseada em recursos, com a correta distribuição e utilização da terra, ar, água e ar e que seja acessível a todos?

Por outro lado, é possível dizer, sem exageros, que atualmente nos encontros internacionais sobre o clima e biodiversidade, nenhum tema ambiental no mundo

pode ser discutido sem a presença do Brasil. Afinal, em solo nacional encontram-se 25% da biodiversidade do planeta.

É inadmissível que entidades sediadas nos Estados Unidos e na Europa venham exercer ingerência em nossos assuntos, sob o falso pretexto de defesa dos índios e do meio ambiente, inclusive, apresentando dados inventados nos seus laboratórios de atuação estratégica e política.

Considerando a falta de recursos naturais dos países desenvolvidos e a crise econômica dos mesmos pode-se afirmar que o mundo procurará uma vaga no Brasil e não somente na Amazônia.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTES, R. DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA II. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. Estudos Avançados. São Paulo, v.19, n. 54. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 out. 2008.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. Revista Brasileira de Política Internacional. Print version ISSN 0034-7329. Rev. bras. polít. int. vol.45 nº.2 Brasília July/Dec. 2002.

BECKER, B. K. Amazônia: desenvolvimento e soberania, In: Rezende F, Tafner P, organizadores. Brasil: O Estado de uma nação. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. 2005. p. 199-250.

CARRASCO L. (Ed.). Máfia Verde 2: Ambientalismo Novo Colonialismo. 3. Ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005. 272p.

DENT, N.J.H. Dicionário Rousseau. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FOSTER, J. Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRUNEWALDT, Vitor; COSTA, Nilder; LINO, Geraldo Luis. Roraima no Centro da Internacionalização da Amazônia. Jornal Movimento de Solidariedade Ibero-americana - MSIa. Rio de Janeiro-RJ. 1999. 23p.

MAIA, José Sávio da Costa. A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sócio diversidade no vale do rio acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas. Porto Alegre: PGH/UFRS, 2009. (Tese de Doutorado).

ROUSSEAU, J.J. O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os Homens. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, A.M.B.F. O ser humano e o meio ambiente de A a Z.: Dicionário. 3 ed. São Paulo: Faarte, 2006.

SILVA NETO, O. G. da. Rousseau e a relação entre liberdade e propriedade. Revista espaço acadêmico, 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/061/61neto.htm>>. Acesso em: 24 out. 2008.

VERENA. AMAZÔNIA AMEAÇADA. O LIBERAL, Edição: ANO LIX – Nº 31.025 Belém. Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/05/316977.shtml>>. Acesso em:  
21 jun 2008.